

**INQUÉRITO 4.462 NÃO INFORMADA**

**RELATOR** : MIN. EDSON FACHIN  
**AUTOR(A/S)(ES)** : SOB SIGILO  
**PROC.(A/S)(ES)** : SOB SIGILO  
**INVEST.(A/S)** : SOB SIGILO  
**INVEST.(A/S)** : SOB SIGILO

**DECISÃO: 1.** O Procurador-Geral da República requer a abertura de inquérito para investigar fatos relacionados ao Ministro Chefe da Casa Civil Eliseu Lemos Padilha e ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Wellington Moreira Franco, em razão das declarações prestadas pelos colaboradores José de Carvalho Filho (Termos de Depoimento n. 5 e 6), Cláudio Melo Filho (Termos de Depoimento n. 11, 12, 13 e 14), Marcelo Bahia Odebrecht (Termos de Depoimento n. 21 e 25), Benedicto Barbosa da Silva Júnior (Termo de Depoimento n. 22), Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho (Termo de Depoimento n. 17) e Paulo Henyan Yue Cesena (Termo de Depoimento n. 2).

De acordo com o Ministério Público, *“há fortes elementos que indicam a prática de crimes graves, consistente na solicitação por ELISEU PADILHA e MOREIRA FRANCO de recursos ilícitos em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e de MICHEL TEMER, a pretexto de campanhas eleitorais”* (fl. 10).

Em menção ao termo de depoimento de Paulo Cesena, narra a inicial que, por ocasião do lançamento do edital da segunda rodada de concessões aeroportuárias, a Odebrecht tinha sinalizado interesse na manutenção de cláusulas que aumentariam suas chances no certame. Por essa razão, noticia reunião com o Ministro da Aviação Civil Moreira Franco para que as cláusulas fossem mantidas, tendo sido acolhidos os pleitos do grupo empresarial.

Ainda segundo o Ministério Público, os termos indicariam que Moreira Franco, a pretexto da campanha eleitoral de 2014, teria solicitado o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), e que o grupo empresarial, consoante relato de Benedicto Barbosa da Silva, teria feito o repasse, porquanto Moreira Franco seria muito próximo do núcleo duro

**INQ 4462 / NÃO INFORMADA**

do governo federal. O pagamento, por sua vez, teria sido realizado por Paulo Henrique Quaresma à Eliseu Padilha, pessoa indicada por Moreira Franco para receber os recursos. Dos documentos apresentados pelo colaboradores constam planilhas do sistema “Drousys” que apontam pagamento a pessoa de apelido “Primo”, em localidades que correspondem ao escritório de Eliseu Padilha.

Cláudio Melo Filho detalha, conforme aponta a inicial, um jantar, de que teria participado Marcelo Odebrecht, Eliseu Padilha e Michel Temer, ocorrido no dia 28 de maio de 2014, no Palácio do Jaburu, e no qual teria sido solicitado, a pretexto da campanha eleitoral de 2014, o repasse de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Segundo o termo de Marcelo Odebrecht, esses recursos, respectivamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), seriam destinados à Paulo Skaf e a Eliseu Padilha.

Os detalhes sobre esse pagamento constam, segundo o Ministério Público, dos termos de Cláudio Melo Filho, Marcelo Odebrecht, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, e José de Carvalho Filho. Afirma-se que os valores destinados à Paulo Skaf foram pagos parcialmente a Duda Mendonça e que, por haver saldo remanescente, Paulo Skaf teria procurado Marcelo Odebrecht para informar a dívida. Já o pagamento a Eliseu Padilha teria sido feito ao “Sr. Yunes ou Sra. Cida”. José de Carvalho Filho, em seu termo, afirma que desse valor a soma de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) teria sido destinada à Eduardo Cunha.

O Ministério Público narra, ainda, que José Yunes compareceu espontaneamente à Procuradoria Geral da República no dia 14 de fevereiro de 2017 e relatou ter sido contatado por Eliseu Padilha em 2014 a fim de que recebesse um suposto “documento”, entregue por Lúcio Bolonha Funaro. Segundo o requerente, a presença de Lúcio Funaro como uma das pessoas encarregadas da entrega indicaria o “caráter ilícito dos fatos”.

Fazendo uma exposição de vários fatos e transcrevendo documentos que se caracterizam como indícios, ressalta “*que há menção de participação do atual presidente da Republica Michel Temer, sendo certo que ele possui*”

**INQ 4462 / NÃO INFORMADA**

*imunidade temporária à persecução penal*” (fl. 55), o que, em seu entender, significaria a *“impossibilidade de investigação do presidente da República, na vigência de seu mandato, sobre atos estranhos ao exercício de suas funções”* (fl. 55).

Ao final, sustenta o Procurador-Geral da República a ocorrência de indícios quanto à prática, em tese, dos crimes de corrupção passiva (art. 317 c/c art. 327, §§ 1º e 2º do Código Penal), lavagem de dinheiro (art. 1º, V, da Lei 9.613/1998), e corrupção ativa (art. 333 do Código Penal), postulando, também, o levantamento do sigilo dos autos.

2. Como sabido, apresentado o pedido de instauração de inquérito pelo Procurador-Geral da República, incumbe ao Relator deferi-lo, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas indicadas, exceto se, a toda evidência, revelarem-se inteiramente infundadas, conforme as exceções elencadas nas letras “a” a “e”, da norma regimental, as quais, registro, não se fazem presentes no caso.

3. Com relação ao pleito de levantamento do sigilo dos autos, anoto que, como regra geral, a Constituição Federal veda a restrição à publicidade dos atos processuais, ressalvada a hipótese em que a defesa do interesse social e da intimidade exigir providência diversa (art. 5º, LX), e desde que *“a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”* (art. 93, IX).

Percebe-se, nesse cenário, que a própria Constituição, em antecipado juízo de ponderação iluminado pelos ideais democráticos e republicanos, no campo dos atos jurisdicionais, prestigia o interesse público à informação. Acrescenta-se que a exigência de motivação e de publicidade das decisões judiciais integra o mesmo dispositivo constitucional (art. 93, IX), fato decorrente de uma razão lógica: ambas as imposições, a um só tempo, propiciam o controle da atividade jurisdicional tanto sob uma ótica endoprocessual (pelas partes e outros interessados), quanto extraprocessual (pelo povo em nome de quem o poder é exercido). Logo, o Estado-Juiz, devedor da prestação jurisdicional, ao aferir a indispensabilidade, ou não, da restrição à publicidade, não pode se

INQ 4462 / NÃO INFORMADA

afastar da eleição de diretrizes normativas vinculantes levadas a efeito pelo legislador constitucional.

D'outro lado, a Lei 12.850/2013, ao tratar da colaboração premiada em investigações criminais, impôs regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), circunstância que, em princípio, perdura, se for o caso, até o eventual recebimento da denúncia (art. 7º, § 3º). Observe-se, entretanto, que referida sistemática deve ser compreendida à luz das regras e princípios constitucionais, tendo como lastro suas finalidades precípuas, quais sejam, a garantia do êxito das investigações (art. 7º, § 2º) e a proteção à pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II).

Não fosse isso, compete enfatizar que o mencionado art. 7º, §3º, relaciona-se ao exercício do direito de defesa, assegurando ao denunciado, após o recebimento da peça acusatória, e com os meios e recursos inerentes ao contraditório, a possibilidade de insurgir-se contra a denúncia. Todavia, referido dispositivo que, como dito, tem a preservação da ampla defesa como finalidade, não veda a implementação da publicidade em momento processual anterior.

4. No caso, a manifestação do órgão acusador, destinatário da apuração para fins de formação da *opinio delicti*, revela, desde logo, que não mais subsistem, sob a ótica do sucesso da investigação, razões que determinem a manutenção do regime restritivo da publicidade.

Em relação aos direitos do colaborador, as particularidades da situação evidenciam que o contexto fático subjacente, notadamente o envolvimento em delitos associados à gestão da coisa pública, atraem o interesse público à informação e, portanto, desautorizam o afastamento da norma constitucional que confere predileção à publicidade dos atos processuais. Com esse pensamento, aliás, o saudoso Min. TEORI ZAVASCKI, meu antecessor na Relatoria de inúmeros feitos a este relacionados, já determinou o levantamento do sigilo em autos de colaborações premiadas em diversas oportunidades, citando-se: Pet. 6.149 (23.11.2016); Pet. 6.122 (18.11.2016); Pet. 6.150 (21.11.2016); Pet. 6.121 (25.10.2016); Pet. 5.970 (01.09.2016); Pet. 5.886 (30.05.2016); Pet. 5.899

**INQ 4462 / NÃO INFORMADA**

(09.03.2016); Pet. 5.624 (26.11.2015); Pet. 5.737 (09.12.2015); Pet. 5.790 (18.12.2015); Pet. 5.780 (15.12.2015); Pet. 5.253 (06.03.2015); Pet. 5.259 (06.03.2015) e Pet. 5.287 (06.03.2015). Na mesma linha, registro o julgamento, em 21.02.2017, do agravo regimental na Pet. 6.138 (acórdão pendente de publicação), ocasião em que a Segunda Turma desta Corte, por unanimidade, considerou legítimo o levantamento do sigilo de autos que contavam com colaboração premiada, mesmo anteriormente ao recebimento da denúncia.

No que toca à divulgação da imagem do colaborador, cumpre enfatizar que a Lei 12.850/2013 determina que, sempre que possível, o registro das respectivas declarações deve ser realizado por meio audiovisual (art. 4º, §13). Trata-se, como se vê, de regra legal que busca conferir maior fidedignidade ao registro do ato processual e, nessa perspectiva, corporifica o próprio meio de obtenção da prova. Em tese, seria possível cogitar que o colaborador, durante a colheita de suas declarações, por si ou por intermédio da defesa técnica que o acompanhou no ato, expressasse insurgência contra tal proceder, todavia, na hipótese concreta não se verifica, a tempo e modo, qualquer impugnação, somente tardiamente veiculada.

Assim, considerando a falta de impugnação tempestiva e observada a recomendação normativa quanto à formação do ato, a imagem do colaborador não deve ser dissociada dos depoimentos colhidos, sob pena de verdadeira desconstrução de ato processual perfeito e devidamente homologado.

À luz dessas considerações, tenho como pertinente o pedido para levantamento do sigilo, em vista da regra geral da publicidade dos atos processuais.

5. Ante o exposto: (i) determino o levantamento do sigilo dos autos; (ii) defiro o pedido do Procurador-Geral da República para determinar a instauração de inquérito em face do Ministro Chefe da Casa Civil Eliseu Lemos Padilha e do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Wellington Moreira Franco, com a juntada dos documentos apontados na peça exordial; (iii) ordeno a remessa dos autos à autoridade

**INQ 4462 / NÃO INFORMADA**

policial para que, no prazo de 30 (trinta) dias, atenda às diligências específicas no item “1” (fl. 58) pelo Ministério Público; (iv) atribua aos juízes Ricardo Rachid de Oliveira, Paulo Marcos de Farias e Camila Plentz Konrath, magistrados lotados neste Gabinete, os poderes previstos no art. 21-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para o trâmite deste feito.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de abril de 2017.

**Ministro EDSON FACHIN**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*